



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

Ata da Audiência Pública sobre o EIA/RIMA da Usina Hidrelétrica de Piraju, realizada no dia 3 de setembro de 1997, na cidade de Piraju.

Realizou-se no dia 3 de setembro, às 19 horas, na Casa da Cultura, localizada na Rua Washington Osório de Oliveira, 640, Centro, na cidade de Piraju, a audiência pública sobre o EIA/RIMA do empreendimento “Usina Hidrelétrica Piraju”, de responsabilidade da Companhia Brasileira de Alumínio - CBA. Depois de declarar abertos os trabalhos, agradecer a presença de todos e informar que o Secretário de Meio Ambiente, Deputado Fábio Feldmann, pedia desculpas pela impossibilidade de participar dessa audiência, o Secretário Executivo Adjunto, Sérgio Roberto, ofereceu os seguintes esclarecimentos: que essa audiência pública tinha como objetivo analisar o Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório da Usina Hidrelétrica de Piraju, de responsabilidade da Companhia Brasileira de Alumínio-CBA; que quem havia solicitado essa audiência pública fora o Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental, vinculado à SMA, com competência de analisar o EIA/RIMA sobre empreendimentos capazes de provocar danos ambientais; e que o objetivo das audiências públicas de modo geral era colher informações da população sobre esse empreendimento, as quais poderiam ser utilizadas como subsídios para analisar esse EIA/RIMA; que compunha a mesa coordenadora dos trabalhos, a representante do Secretário do Meio Ambiente, Elza Takahashi, coordenadora da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais-CPRN/SMA, um dos representantes de entidades ambientalistas com assento no Consema, Carlos Alberto Hailey Bocuhy, indicado através de ofício pelo Fórum das Entidades Ambientalistas Cadastradas no Consema; que os procedimentos dessa audiência pública eram aqueles determinados pela Deliberação Consema 50/92, instrumento legal que a normatizava; que, depois de feita a abertura dos trabalhos, o empreendedor e o responsável pela equipe que elaborou o EIA/RIMA terá cada um quinze (15) minutos para apresentar o empreendimento e oferecer informações sobre a análise sobre ele feita nesse Estudo; que, em seguida, fariam uso da palavra durante trinta (30) minutos - quinze (15) para cada um -, os representantes de entidades ambientalistas Carlos Alberto Hailer Bocuhy e Antonio Luiz Meira; que, na terceira fase da Audiência Pública se manifestarão representantes de organizações da sociedade civil, sendo concedido a cada um o tempo de cinco (5) minutos para se manifestar; que, em uma etapa posterior, as pessoas que se haviam inscrito para manifestarem-se em seu próprio nome poderiam assim proceder no prazo de dois (2) minutos; que, após essas etapas, poderiam manifestar-se durante cinco (5) minutos os membros do Consema que estiverem presentes e pretenderem fazer uso da palavra; que, após essa etapa, poderão manifestar-se os parlamentares, Prefeitos e Secretários de Estado por cinco (5) minutos cada um; que, na última fase da Audiência Pública, terão lugar as réplicas a serem feitas pelo empreendedor, consultor e representantes de entidades ambientalistas; e que, em virtude de alguns problemas administrativos ocorridos na Secretaria do Meio Ambiente, o Secretário Executivo do Consema, Germano Seara Filho, ficou impedido de participar dessa reunião, motivo por que, ele, Sérgio Roberto, na condição de Secretário Adjunto, estava coordenando essa reunião; que todos aqueles que se pronunciarem durante esse evento deveriam deixar, no livro de presença que assinaram ao entrar nesse recinto, o número de seu telefone para que possa ser localizado caso o DAIA tenha necessidade de elucidar alguma informação que for oferecida; que essa audiência estava sendo gravada e, portanto, todas as manifestações deveriam ser feitas ao microfone, pois a técnica que, normalmente, registrava as manifestações e pronunciamentos durante a reunião, igualmente ficou impedida de comparecer a essa reunião, e que a ata seria lavrada a partir da transcrição das



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

fitas, após o que seria encaminhada ao Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental, para que leve em conta os subsídios colhidos quando da análise desse EIA/RIMA; que, ainda durante os próximos sessenta (60) minutos, continuariam abertas as inscrições para quem quiser fazer uso da palavra. Em seguida, fez uso da palavra, o representante do empreendedor Carlos Mazzarro, Diretor da CBA, que, depois de saudar a coordenadora Elza Takahashi, o Secretário Executivo Sérgio Roberto, o representante de entidades ambientalistas e membro do Consema, Carlos Alberto Hailer Bocuhy, as autoridades dos Poderes Executivo e Legislativos presentes e a todos as demais pessoas, ofereceu os seguintes esclarecimentos: que, para a CBA, o aproveitamento hidrelétrico de Piraju tem como principal objetivo o aumento de energia elétrica para o seu complexo industrial de produção de alumínio instalado no Município do Alumínio, no Estado de São Paulo, que, se encontrando em expansão, devendo passar de uma produção média anual de 210 mil toneladas/ano para 320 mil toneladas/ano, mantendo, nessas condições, a política de participação de 50% de energia própria; que, atualmente, a CBA possui instalada nove usinas que produzem 1 bilhão e 800 milhões de quilowatts hora/ano, o que representa 50% da atual produção; que se pretende implantar a usina Piraju montante do aproveitamento denominado Dr. Simão, que dista aproximadamente 10 km da cidade de Piraju; que a construção, nesse local, de uma barragem, com altura máxima sobre as fundações de 37 metros de altura e um comprimento de 650 metros formará o lago do reservatório, cujo nível máximo normal se fixava na cota 531,50 metros sobre o nível do mar; que a área formada por esse reservatório será de 13, 57 km², dos quais, 4,03 km² correspondem à calha do Rio Paranapanema; que a calha do rio a ser inundada era de 9,54 km²; que o volume do reservatório da usina era muito pequeno e terá aproximadamente 84 milhões de metros cúbicos, numa profundidade média de 6,20; que, quando afirmava 84 milhões de metros cúbicos, dava a entender ser muita coisa, o que realmente não era, pois, na usina, as máquinas em funcionamento consumiam 300 m³ por segundo, o que faria com que esse volume fosse consumido em três dias; que, como se contará sempre com a vazão efluente do Jurumirim; que, nessas condições, a usina de Piraju se caracteriza como sendo de fio d'água, isto é, o reservatório formado não dispõe de volume para proporcionar uma regularização das descargas, desse modo, as vazões afluentes deverão ser praticamente idênticas às defluentes, sendo conduzidas a jusante através das turbinas e dos extravasores; que a grande vantagem desse aproveitamento era sua localização privilegiada, logo a jusante do reservatório de Jurumirim, uma vez que ele possui um grande volume útil e proporciona um alto grau de regularização das descargas naturais afluentes, daí se pode concluir que a operação da usina Piraju e/ou de seu reservatório deverá estar diretamente condicionado às regras operativas estabelecidas pela CESP para a usina hidrelétrica de Jurumirim; que, se prevendo uma vazão em torno de 3.200 m³/s, fixou-se o nível máximo do reservatório na cota 533 metros sobre o nível do mar; que, assim, ficarão na faixa de segurança entre as cotas 531,50 e 533 m sobre o nível do mar; que, na barragem, está prevista a instalação de quatro comportas com vão livre de 8,70 por 11 metros e, ainda, uma comporta do descarregador de fundo de 4,40 por 5,25, o que será suficiente para neutralizar uma deca milenar da ordem de 3. 240 m³/s; que a casa de força será construída no pé da barragem e não haverá, portanto, desvio das águas do rio, como se previa no projeto anterior, ou seja, as águas serão restituídas imediatamente na calha do rio; que a potência a ser instalada nessa usina inicialmente será 70 megawatts em duas unidades de 35 megawatts cada uma; que a energia firme no período crítico será de aproximadamente 41,2 megawatts/médios; que a geração média de energia será de 42,9 megawatts/médios e a produtividade/média anual da usina será em torno de 375.804 mil kilowatts/hora; que, tendo em vista o porte do empreendimento, a facilidade de acesso às obras, que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

possuem já vias pavimentadas, e a proximidade de cidades com razoável infra-estrutura de serviço, a construção dessa hidrelétrica não demandará uma infra-estrutura própria de apoio; que, embora de caráter temporário, o empreendimento irá gerar mais ou menos 550 empregos diretamente vinculados às obras, dos quais 300 deles poderão ser ocupados por moradores do Municípios de Piraju e da região; que, tendo em vista que a construção dessa obra levará mais ou menos 3 anos, com a criação de empregos essa obra provocará um impacto positivo nas condições de mercado de trabalho, assim como da massa salarial do Município; que, com referência ao aumento de circulação da renda monetária, prevê-se um aumento da massa salarial associada à capitalização dos proprietários de terra, a serem recebidas para implantação; que, ainda no que tange à renda interna do Município, a Prefeitura de Piraju deverá arrecadar maiores impostos sobre as transações imobiliárias; que outras rendas, como os *royalties* e os ICMS, aumentarão com a implantação da hidrelétrica; que se prevê a utilização, nessa obra, de 35 mil toneladas de cimento, o que representava 700 mil sacas de procedência de fábricas do Grupo Votorantim; que serão empregadas também 4 mil toneladas de aço, cuja origem será também uma consorciada do Grupo Votorantim, que é a Siderúrgica Barra Mansa; que 4.500 toneladas de óleos combustível e lubrificante, o que representava 5 milhões de litro; que, para a construção do empreendimento, a CBA previa um investimento de aproximadamente 141 milhões de dólares; que, revendo o passado, constatava-se que os primeiros estudos relativos ao Rio Paranapanema foram realizados por volta de 1886, pela Comissão Geográfica e Geológica da Província de São Paulo, portanto, há cem anos atrás; que os estudos específicos relacionados às possibilidades de exploração de hidrelétrica foram desenvolvidos pelos Serviços Geológicos e Minerológicos do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, nos anos de 1927-28, portanto, há setenta anos atrás; que, entre os anos de 1926 e 1932, a Companhia Luz e Força Santa Cruz construiu, na margem direita nas proximidades dessa cidade, a hidrelétrica com a potência instalada de 7,2 *megawatts*; que essa usina foi considerada até certo tempo uma das maiores usinas do Brasil; que em 1983, em decorrência da grande enchente, essa usina foi totalmente desmantelada e, em 1986, a Santa Cruz viu por bem reconstruí-la; que, revendo ainda o passado, constatou-se que os estudos realizados pela Canambra e CESP identificaram todos os aproveitamentos do Rio Paranapanema, tais como: confluência, empreendimento que ainda está para ser realizado, Jurumirim, que foi realizado, Piraju, o que atualmente se pretende realizar, Xavantes, já realizado, Ourinhos, que se pretende realizar, Salto Grande, já foi realizado, Canoas I e II, que está sendo realizado com a participação da CBA; Capivara, construída, Taquaruçu, construída, Rosana, construída, e que tudo isso representava, ao longo do Rio Paranapanema, praticamente onze aproveitamentos, com exceção dessas duas desistências, que pertenciam à Companhia de Força Santa Cruz; que, em 1978, a CBA adquiriu a Companhia Luz e Força Santa Cruz, com o objetivo principal de construir essa usina; que o primeiro estudo baseou-se com barramento no mesmo local, acima do aproveitamento Três Irmãos; que, entretanto, a fim de maximizar esse aproveitamento, o rio teria de ser desviado, através de um túnel, o que provocaria um sério impacto atual, razão por que esse estudo foi abandonado, não tendo sido aprovado pela SMA; que a CBA, no entanto, não só refez o projeto mas apresentou novos Estudos de Impacto Ambiental-EIA à SMA; que, de 1978 para cá, as condições para se obterem concessão para aproveitamento hidrelétrico sofreram várias modificações, pois, antigamente o empreendedor reivindicava um aproveitamento, apresentava e submetia esse estudo ao DENAI, que poderia ser aprovado ou não, mas de uns tempos para cá tem de ser levadas em conta as questões ambientais e que, atualmente, o processo é outro, que, com o plano de expansão de 1997 a 2006, elaborado pelo Grupo Coordenador de Planejamento do Sistema Hidrelétrico, o



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

GCPS, aprovado pela Portaria do Ministério nº 152, de 22-05-1997, e publicado no *Diário Oficial da União*, em 25-05-1997, relaciona uma série de aproveitamentos que deverá ser licitada após a obtenção da Licença Prévia concedida pelo órgão ambiental; que essa concessão será licitada, porém deverá ser também concedida a Licença Prévia pela Secretaria do Meio Ambiente; que ressaltava algumas ações da CBA na área ambiental, como, por exemplo, a área de mata atlântica preservada nas usinas hidrelétricas da CBA na Bacia do Rio Ribeira, no entorno das usinas do Sistema do Rio Juquiá, envolvendo as usinas de França, Fumaça, Barra, Porto Raso, Alecrim, Serraria e, no Rio Açuguim, a Usina Iporanga, são mantidos, protegidos e preservados, aproximadamente, 22 mil hectares de mata atlântica; que a CBA fez doação por incorporação no Parque de Jurupará de 2.326 ha em área totalmente preservada de mata atlântica, conforme Decreto nº 41077, de 7.08.96; que, ainda, em Poços de Calda, na exploração de jazidas de bauxita, a CBA já empreendeu a recuperação de 400 ha de área minerada. Fez uso da palavra, em seguida, Carlos Moya, Coordenador de Meio Ambiente do CNEC e coordenador também da equipe responsável pela elaboração do EIA/RIMA, objeto dessa discussão, que teceu as seguintes considerações: que o EIA considerou a alternativa, chamada de alternativa 2; que anteriormente haviam sido considerados os estudos ambientais e energéticos para a chamada alternativa 1, aquela que previa o desvio do rio e consistia em um único aproveitamento de 150 *megawatts* situado a montante do Salto Dr. Simão e que foi totalmente abandonada; que o Estudo prevê um aproveitamento em um mesmo local e a reforma da atual usina de Paranapanema, aumentando sua capacidade para 116 *megawatts*; que o custo de geração de energia ficou maior, mas continuava atrativo para a CBA; que o Estudo de Impacto Ambiental e o Relatório de Impacto de Meio Ambiente visam subsidiar a emissão pela SMA da Licença Prévia, a atual fase, e, concedida essa licença, serão detalhados todos os programas, em nível de projeto básico ambiental, visando à obtenção da Licença de Instalação, e, durante a implantação da obra e para a Licença de Operação, serão analisados todos os programas que foram aprovados pela SMA; que o EIA tinha como objetivo o meio físico, representado pelas disciplinas sobre geologia, solo, relevo, água, meio biótico, basicamente a vegetação e a fauna, o meio sócio-econômico, todas as relações sociais e econômicas e de uso e ocupação do solo; que o EIA se caracterizava por um trabalho de mais de 1.200 páginas, com quadros, figuras, ilustrações, desenhos e fotos, e envolveu 38 técnicos de nível superior, que passaram em campo uma grande temporada fazendo levantamentos específicos conforme exigiu a SMA; que foram elaborados estudos já realizados pela empresa para outros empreendimentos, principalmente nos setores energético e de transporte; que foi identificada uma área de influência, que corresponde a toda Bacia Hidrográfica compreendida entre o barramento do Juru-Mirim e a Foz do Ribeirão das Araras, já no lago da Usina de Xavantes, e que constituía uma área de aproximadamente 761 km²; que a chamada área de influência direta envolvia o lago, a área urbana de Piraju, todos os componentes da obra, a linha de transmissão que ligará a obra até a linha de transmissão que ligava Jurumirim a Xavantes, numa área de aproximadamente 150 km²; que, no âmbito sócio-econômico, foram analisadas os dados correspondentes aos Municípios de Avaré, Piraju e Ourinhos; que havia se utilizado de um mapa especificamente para o uso e ocupação do solo na área de influência indireta, o qual demonstrava que havia um grande predomínio de pastagem e uma vegetação remanescente de natureza bastante secundária e alterada e que representava cerca de 19%; que se destacava, em importância, a Fazenda Santa Lúcia, que ficava no remanso da futura usina e será atingida em menos de 1% e que representava o maior remanescente de vegetação capoeira e capoeirão na área; que se viam também na área de influência direta as culturas temporárias, o milho e forrageiras, culturas irrigadas em 3%, culturas perenes, o café, e áreas com



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

uso urbano; que foram detalhadas cada uma das áreas, no que dizia respeito à geologia, que, por exemplo, era constituída por rochas vulcânicas, resultante de um processo de vulcanismo ocorrido há 150 milhões de anos; que, na porção mais sul, essas rochas recobriam os arenitos das formações Botuacatu e Piramboia e que davam, como consequência, um relevo muito escarpado; que, na região norte, as rochas vulcânicas encontravam-se recobertas por sedimentos mais jovens e originando uma topografia mais suave; que, com relação à geomorfologia, que tratava da parte de relevos e declividades, verificavam-se terrenos mais movimentados na região de Tejuapé, onde havia cotas chegando a 920 metros, com declividades da ordem de 30,50%, vindo para um relevo mais ondulado e mais suave, com cotas em torno de 780 metros e declividades de 20,30%; que o mesmo padrão se repetia na área de influência direta; que, em relação ao solo, havia na porção norte os mais profundos, que eram os latossolos, associados a terras mais férteis em termos de terras rochas e associados a relevos mais acidentados na porção sul, solos menos profundo com maior fração de areia; que os estudos hidrometeorológicos adotaram os dados dos postos pluviométricos e fluviométricos e de uma estação climatológica de Jurumirim, que fornece, entre outros, dados sobre os tipos de vento e evaporação; que, no local da barragem, a vazão média era de 211 m³/s, bastante considerável e permitia uma utilização múltipla dos recursos hídricos dada a grande disponibilidade de água; que, por isso, já estavam disponíveis dados sobre os usos da água que estavam sendo feitos e seriam intensificados com a construção da usina, como, por exemplo, abastecimento urbano de Piraju, que era feito pela usina de Paranapanema, com uma vazão de 84 litros por segundo; que a qualidade da água de forma geral era boa e não apresentava restrição para os usos múltiplos; que se tinha exemplo dos usos da água na região, que serão intensificados com o novo barramento; que, com relação à vegetação, foram levantadas manchas que indicavam cortes seletivos e devastação anterior, foram feitos levantamentos de campo que permitiram, através de levantamentos bibliográficos, identificação de campo e coleta de 250 amostras botânicas, os quais descobriram três espécies de cactáceos que nunca haviam sido registrados no Estado de São Paulo; que, na área de influência direta, os remanescentes de vegetação mostram que 11,5% de capoeirões e 2,5% de capoeiras e 3% de capoeirinha; que, para fauna, foi igualmente feito levantamento bibliográfico e, depois, identificadas as possíveis espécies que poderiam ocorrer e levantamento de campo; que se tinha também identificados no EIA/RIMA os pontos de coleta de invertebrados, todos associados à área de influência direta do reservatório e montados doze pontos de coleta, em virtude das peculiaridades ecológicas, com gravações de sons, informações levantadas junto aos moradores, com coletas físicas e identificação de pegadas; com relação à fauna, verifica-se que era bastante perturbada em função do desmatamento, refletindo-se também com pressão do efeito borda e se constatava o empobrecimento atestado pela ausência dos grandes pedradores; que os pontos foram levantados em áreas que houvesse manchas contínuas de vegetação e pudessem dar suporte à fauna; que, com relação aos peixes, foram esses os pontos de coleta e se tinha muitas informações dos dados colhidos pela CESP, do repovoamento dos reservatórios, inclusive recentemente fora repovoada a usina de Paranapanema e quer os pontos de coleta de peixe mostravam já existir uma pouca diversidade, com fauna de cabeceira, espécies residentes, de aves migratórias e de interesse comercial; que, com relação aos invertebrados, foram levantadas espécies de potencial epidemiológico e as que podiam causar incômodos à população e, apesar de terem sido identificados indivíduos da espécie *Aedes*, não da espécie transmissora da dengue, e apenas três espécies secundárias transmissoras da malária, doença essa da qual não era registrada nenhuma ocorrência; que não foram diagnosticados o *cunex*, nem o barbeiro e nem o caramujo transmissor da



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

esquistossomose, apenas vetor de leishmaniose cutânea e que seria inundado pelo reservatório teria de ser objeto de monitoramento; que, com relação aos dados sócios econômicos, o histórico da região do Município de Piraju data do século passado, 1860, quando o início da ocupação se deu a partir das culturas de subsistência; que, no final século XIX, tem-se a chegada do café, que se intensifica, com a chegada também do ramal da estrada de ferro sorocabana; que, nessa época, em 1925, foi iniciada a construção da atual usina de Paranapanema e, com o problema da crise do café, ela se prolongou até 1936, quando foi concluída a obra e iniciada a sua operação; que, em 1940, chegou a Raposo Tavares e, em 1960, a Castello Branco, e, nas décadas de 60 e 70, são construídas as usinas de Jurumirim e Xavantes; que a composição setorial da economia regional dos Municípios de Avaré e Ourinhos, mostrada em duas datas diferentes, em 1990 e em 1994; que havia um predomínio, em 1990, da agropecuária e, depois, na seqüência, dos comércios atacadista e varejista, o que poderia ser chamado de PIB municipal, em função da arrecadação; que, em 1994, predominava a agropecuária com um percentual menor e, em segundo lugar, o comércio atacadista, e, em terceiro, o varejista; que existia um grande incremento das chamadas outras atividades, principalmente devido aos denominados Municípios energéticos, pois, recentemente, os Municípios que geram energia e transportam combustíveis passaram a ter direito a uma compensação financeira, o que acontecia em Piraju e nos Municípios da região; que o estudo também havia constatado quais os Municípios que possuíam maior importância, quais sejam, Ourinhos em primeiro lugar, em segundo lugar, Avaré, em terceiro lugar, Santa Cruz do Rio Pardo, em quarto lugar, Xavantes, e, em quinto lugar, Piraju; que Piraju se consolidava como o Município de quinta importância em duas regiões administrativas; que, a economia desse Município nos anos de 80 e 90 recebeu um incremento da agropecuária entre 34 e 56%, tendo o setores atacadista e varejista sofrido um declínio e um aumento nas outras atividades, principalmente naquelas ligadas à geração de energia; que nos anos 89 e 90 e 93 e 94 houve uma diversificação no setor agrícola, cuja concentração deixou de ser no milho, cana e arroz e passou a ser milho, cana, feijão e as culturas oleícolas; que, entre as culturas perenes, predominava a cafeicultura - 99% -, que diminuiu um pouco, ao serem introduzidos o cítrico e a banana; que a média do crescimento populacional nessa região administrativa era superior à do Estado, que girava em torno de 2.02% ao ano; que, no Município de Piraju, entre 80 e 91, houve um crescimento de sua população para mais de 26 mil habitantes, destacando-se o crescimento da população urbana e diminuição da população rural; que concomitantemente ocorreram uma diminuição da mortalidade infantil e um aumento da longevidade, sendo que população maior de 50 anos passou de 15,5% para 18,8%; que houve um decréscimo na utilização de mão-de-obra no setor comercial, passando de 34 para 29 e 22%, e que houve um aumento no setor de serviços, passando de 39 para 41 e 42%; que o Município de Piraju era bastante condicionado pela geologia e pelas condições físicas e que as áreas de expansão não constituíam manchas contínuas e que houve expansão do centro industrial para o Distrito de Tibiriçá; que, nas áreas de influências indireta e direta, foi feito o levantamento dos sítios cerâmicos e multicomponenciais e que, na área de influência direta, foi constatada, por meio de levantamento bibliográfico, a ocorrência de 22 sítios, e, por levantamento de campo, totalizando 31 sítios, dos quais 16 receberão impactos do empreendimento e serão objeto de um amplo programa de resgate e estudo; que o reservatório da usina estava totalmente inserido no Município de Piraju e sua área era de 13.57 km²; que o tempo de detenção médio das águas no reservatório será de 6.9 dias, porque, praticamente, ele é apenas uma caixa de passagem de Jurumirim para geração de energia, não possuindo efeito de controle de enchente; que os impactos ambientais foram avaliados como positivos e negativos, diretos e indiretos, permanentes ou temporários, localizados ou dispersos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

reversível ou irreversível, imediato ou de médio ou longo prazo e que, para cada um deles, são associadas medidas cuja natureza é ou mitigadora ou maximizadora; que os programas pretendem passar por todos os impactos, de forma que nenhum deles fique descoberto; que esses programas serão: monitoramento sismológico; monitoramento de pontos propensos à instabilidade de taludes marginais; monitoramento de pontos de erosão e assoreamento; programa de preservação das condições físicas do reservatório; programa de proteção e recuperação ambiental do sítio das obras, com projetos de recuperação de áreas degradadas nesse sítio, abrangendo recomposição topográfica e da vegetação, tratamento paisagístico e controle da poluição das águas e do solo desse sítio; programa de recomposição e melhoria do sistema viário, com reconstrução das pontes atingidas pela formação do reservatório, aquisição de terras e benfeitorias, reorganização das atividades minerárias, reordenamento da exploração das áreas existentes, avaliação de reservas, indenização dos depósitos para formação de estoques e adequação de equipamentos, coleta de espécies vegetais (sementes, estacas e mudas) para revegetar a faixa do reservatório, solicitação de desmatamentos, junto ao Ibama, resgate de sementes e outras; que será feito um intenso reflorestamento para recompor a perda de 328 ha de vegetação, com a vegetação maciça de 445 ha na faixa de proteção ao largo do reservatório e, inclusive, a manutenção da vegetação atualmente existente; que será feito também o monitoramento da fauna silvestre, levantamento da fauna durante as fases de desmatamento, enchimento e operação do reservatório; repovoamento sistemático das populações nativas visando um programa de conservação da ictiofauna e, apesar da existência de uma fauna pouco significativa, deverá ser executado programa de salvamento e resgate de fauna durante o enchimento do reservatório; monitoramento da qualidade das águas, controle de vetores para evitar o aumento de criadores, principalmente de leishmaniose cutânea e da dengue; com a intenção de identificar e acompanhar ações de erradicação de epidemias e doenças transmissíveis, serão feitas campanhas de educação e esclarecimento, exames admissionais e periódicos dos empregados, instalação de ambulatório no canteiro de obras e normas de equipamento e segurança, programa de resgate arqueológico, implantação de unidades de conservação, programa de educação ambiental destinado aos trabalhadores da obra; programa de comunicação social; e que um dos impactos positivos da obra será o aumento das finanças municipais. Foi dada a palavra ao representante de entidades ambientalistas Antonio Luís Meira, que, grosso modo, teceu as seguintes considerações: que a qualidade das águas, no trecho da área de influência, com exceção de alguns pontos, era considerada Classe II e que esse tipo de água, era passível até de consumo humano, desde que lhe seja dispensado um tratamento simples; que essa qualidade será piorada, em virtude da degradação do meio lótico de águas correntes para meio lântico; que, apesar da detenção das águas por um período de apenas 6.9 dias, haverá uma piora da qualidade das águas, o que significará um risco para a população, e que se entendia que, em meio aos aspectos de monitoramento ambiental, a adoção de medidas mitigadoras para tanto deveria ser levada a sério; que, em relação à vegetação, considerada pelo RIMA como capoeirão, capoeirinha e capoeira, uma mínima parte dela era vegetação primária e grande parte, secundária, nos estágios primário, secundário e terciário de regeneração; que seria necessário um inventário florestal com critérios baseados nas normas técnicas, para não se correr o risco de perder-se uma espécie que viesse a extinguir-se com o fim do seu microssistema e que poderia ser benéfica para a humanidade; que, apesar da adoção dos programas de acompanhamento, monitoramento e captação da fauna terrestre, os indivíduos terão que sair desse lugar e que gostaria de saber para onde eles iriam e o que acontecerá com eles enquanto não for feita a revegetação das áreas ribeirinhas à margem do lago, o que exigirá dez ou vinte anos para readquirem-se as condições necessárias para



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

abrigá-los; que, em relação à ictiofauna, era sabido que a alteração das águas de lóticicas para lênticas talvez significasse o fim do *habitat* de peixes que necessitavam de águas correntes para viver; que não havia sido contemplada uma escada de peixes, o que minimizaria esse problema; que a sobrecarga que o sistema de saúde pública receberá com a vinda de pessoas que trabalharão no empreendimento deveria ser contemplada pelo EIA/RIMA; que, para solucionar os problemas de segurança com o aumento da população, deveriam ser adotadas algumas medidas e isso deveria ser contemplado também. O Secretário Executivo passou, então, à palavra ao conselheiro Carlos Alberto Hailer Bocuhy, que, grosso modo, teceu as seguintes considerações: que a audiência pública era aquela oportunidade para a sociedade manifestar-se; que se vivia atualmente um período da humanidade em que se alcançava um novo estágio de desenvolvimento; que inicialmente se levou a cabo uma luta que garantiu o direito individual de cada cidadão sobre a sua propriedade e aquilo que pertence a cada um; que, em um segundo momento, a sociedade evoluiu para uma visão daquilo que era coletivo, do que pertencia à coletividade, como uma praça pública, por exemplo; que, atualmente, se evoluíra, se havia dado mais um salto, e era esse salto para o desconhecido que estava em jogo quando se discutia a implantação da usina hidrelétrica de Piraju, que era a luta pelos interesses difusos e que diziam respeito às futuras gerações que substituirão os cidadãos de hoje; que, quando se argumentava contrariamente ou a favor de determinados empreendimentos, se deveria pensar nos filhos, nos netos, naqueles que estarão vivos nos próximos trinta, quarenta anos; que, quando se implantava uma barragem com seiscentos e poucos metros de crista sobre o Rio Paranapanema, ela aí permaneceria por séculos, quiçá por milênios, o que estava sendo decidido nessa oportunidade e que, portanto, se não se tomasse uma decisão adequada, se receberia o veredicto da história, e que era justamente isso que tornava esse momento a oportunidade de uma reflexão séria e profunda; que havia ouvido vários argumentos na cidade, entre eles o de que já havia as represas de Jurumirim, Paranapanema e Xavantes e que, portanto, não fazia qualquer diferença implantar-se mais uma barragem, mas que, para a dinâmica de um rio, uma amputação a mais possuía o seu papel; que a Companhia Brasileira de Alumínio iria ampliar sua produção de 210 mil ton./ano para 320 mil ton./ano; que nada de errado existia em se pretender essa ampliação, mas era necessário saber o que isso representava aos olhos da coletividade e para a comunidade de Piraju; que, quando se falava de energia enquanto fator impulsionador de progresso, dever-se-ia perguntar qual era o projeto que se possuía para o Município de Piraju e que ia ao encontro de sua vocação natural; que se deveria perguntar se seria esse projeto de geração de energia, o que levava o Município a sofrer enormes impactos de descaracterização, sendo um deles o crescimento apenas sazonal, não-qualitativo, por um período muito curto; que qualquer progresso prometido pelo empreendedor não estava atrelado a esse empreendimento e que os representantes de entidades ambientalistas do Estado de São Paulo estavam fartos de promessas de emprego que não se cumpriam; que a comunidade teria de ser crítica, teria de refletir sobre esse assunto, para não mergulhar numa imaturidade emocional que levava ao caos que imperava em todo o território nacional; que, com certeza, a implantação dessa barragem não resolverá os problemas do Município de Piraju e que juridicamente o empreendedor não poderia comprovar o cumprimento de suas promessas; que outro aspecto era o impacto da obra produzido pela vinda, para o Município, de barrageiros por um período de seis meses, um ano, dois anos, seis anos; que se deveria levar em conta as perdas que acarretariam para a cidade a entrada de mais de 250 pessoas vindas de outra região, entre outras, a prostituição, aspecto esse que, à primeira vista, parecia inconcebível ser abordado pelo EIA/RIMA; que se descaracterizaria o sítio urbano, se perderia a identidade da comunidade, e que isso constituía um impacto; que estava deixando de falar



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

dos impactos ambientais para falar dos impactos sobre a comunidade, os quais, aos seus olhos, pareciam mais relevantes que o desaparecimento de algumas espécies; que a produção de uma lata de alumínio, como a de uma coca-cola, correspondia ao consumo de energia, durante três horas, de uma lâmpada acesa de 60 *watts*, e que, para sua utilização, os países do Primeiro Mundo preferiam muitas vezes importar o alumínio e deixar sobre os países em desenvolvimento o encargo de sua produção e, para comunidades, como a de Piraju, o impacto provocado com a geração de energia; que também gostaria de chamar a atenção sobre o que havia acontecido em Piraju em 1992, quando a comunidade se mobilizou contra a implantação desse empreendimento e qual sua surpresa ao constatar ter sido essa audiência pública solicitada pelo DAIA, e não pela comunidade, que não estava articulada, mas, sim, mergulhada no fascínio emocional do aceno do emprego, do aquecimento do comércio durante seis meses, da instalação de um *piér*, de uma eclusa, do incentivo ao turismo, e, desse modo, essa comunidade estaria trocando o patrimônio ambiental que, constitucionalmente, pertencia às gerações futuras, por um incentivo ao turismo; que, embora fosse uma voz isolada nesse processo, não se furtaria de dizer o que pensava e que apelava para a consciência dos cidadãos para os aspectos constitucionais que se faziam presentes; que convidava todos para refletir se valia ou não a pena implantar esse empreendimento em Piraju; que, em virtude da oposição contrária dos representantes de entidades ambientalistas a esse empreendimento, sua aprovação, na Câmara Técnica e no Plenário do Consema, constituiria uma dura batalha. Passou-se à etapa da manifestação dos representantes de organizações da sociedade civil. O primeiro a se manifestar foi o representante do Conselho Comunitário de Piraju, Mauro Bérghamo, que expôs os seguintes pontos de vista: que, como presidente do Conselho, apresentava ao Prefeito do Município a proposta de negociar com o grupo CBA a minimização dos impactos que serão provocados e que, em contrapartida, fosse construída uma eclusa na barragem a ser implantada; que o Conselho era uma entidade criada pelo Governo do Estado, em 1985, e cuja finalidade era estabelecer a ligação entre a comunidade e as autoridades constituídas e lutar pela segurança da comunidade; que o Conselho recebia todas as sugestões e, em suas reuniões, as discutia e sobre elas deliberava e as encaminhava às autoridades constituídas; que, em relação a esse empreendimento, um dos conselheiros havia feito as sugestões à qual acabara de se referir; que o Prefeito se manifestou favorável a essas propostas e as apresentou ao grupo CBA; que, ao fazer essa sugestão, o Conseg prestou um benefício à comunidade e que o Prefeito, ao se manifestar, diria qual o resultado da negociação com o Grupo CBA. Em seguida, manifestou-se o representante da Progipar, José Luiz de Moraes, que teceu as seguintes considerações: que se estava vivenciando um momento extremamente importante, o momento desejado e solicitado por essa comunidade e que, como havia dito o conselheiro Carlos Alberto H. Bocuhy tratava-se de um momento de extrema responsabilidade; que havia encaminhado à Mesa seu posicionamento e que, nessa oportunidade, iria rememorar o processo de licenciamento dessa hidrelétrica; que, em 1992, a comunidade de Piraju se deparou com grave opção de se implantar ou não uma das alternativas do projeto inventado nos anos 50, quando nada existia acerca de legislação ambiental; que, naquela ocasião, a comunidade de Piraju optou pela não -implantação desse projeto, e que, ao mesmo tempo que fez essa escolha, solicitou o detalhamento daquilo que, na época, se chamava alternativa 2, o que deu lugar ao *slogan* que, escrito em faixas, foi espalhado pela cidade e que afirmava “usina, sim, desvio, não”; que a tese da comunidade pirajuense sempre foi “não tirem o rio de nossa cidade”; que o empreendedor acabou abrindo mão da alternativa 1, e, há três ou quatro anos atrás, encaminhou aquilo que chamou de alternativa 2; que, naquela ocasião, a Prefeitura recebeu a cópia de um EIA/RIMA, que foi abortado pela própria Secretaria Municipal de Meio Ambiente, por questões



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

técnicas; que, nessa ocasião, a Prefeitura Municipal solicitou uma audiência pública, que era a que estava sendo realizada; que se chegava ao terceiro Estudo de Impacto Ambiental, o segundo sobre a alternativa 2, que, sem dúvida, era formalmente melhor que os anteriormente elaborados; que nesse momento a comunidade de Piraju deveria estar muito bem informada sobre os detalhes técnicos desse estudo, para que os programas de mitigação de impacto ambiental fossem devidamente esclarecidos e para que houvesse o compromisso formal do empreendedor e não se configurasse como a troca de peixe por emprego, ou corredeira por eclusa, pois a questão ambiental era complexa, era sócio-conômico-físico-biótico e deveria ser debatida e a população, informada; que se precisava conhecer os detalhes desse EIA/RIMA, pois ele só tardiamente foi colocado à disposição; que respeitava a posição das ONGs, esse era o seu papel, mas considerava necessário debater-se a proposta de empreendimento constante do EIA/RIMA; que essa era a sua posição formal. Fez uso da palavra o representante da Soderma, Paulo Pinotti, que teceu as seguintes considerações: que a Soderma, -Sociedade de Defesa Regional de Meio Ambiente se localizava em Ribeirão Preto e que, por uma das coincidências e esforço de seus membros, essa entidade atualmente representava a região sudeste, na condição de suplente, no Conama; que, em face da importância do grande problema dessa região, essa entidade se fazia presente para lembrar que exercer democracia era difícil, mas era o que de melhor existia, e que todos estavam presentes para tal; que, em décadas passadas, quando o Brasil exportava minérios, inclusive estratégicos, e importava o produto acabado, foi divulgada uma “musiquinha” que dizia “exporta minério e importa navios”; que atualmente, em face da nova revolução industrial no mundo, essa situação se reverteu e, como afirmou Carlos Alberto Bocuhy, se estava exportando produto acabado, porque os países ditos industrializados não possuíam mais condições de confeccioná-los, pois consumiram sua situação ambiental, particularmente os recursos energéticos e hídricos, tão necessário a essa produção; que se estava vivendo uma situação mais séria, pois necessitava-se desse recurso tão nobre e problemático que era a água; que fazia um apelo a toda comunidade para que conferisse a atenção devida à chamada energia alternativa; que, na época do Governo Jânio Quadros, foi veiculada a informação de que esse presidente teria afirmado “que comam hidrelétricas”; que hoje já não havia lugar para essa visão, pois existiam no país 365 dias de sol e as universidades estavam aptas a desenvolverem estudos sobre para a utilização da energia solar, mas não havia dinheiro para levar-se avante essa pesquisa. Fez uso da palavra o representante da Associação Comercial e Industrial de Piraju, Guilherme B. Neto, que teceu as seguintes considerações: que era a favor da implantação dessa hidrelétrica, pois, analisando os “prós” e os “contra”, os “prós”, a seu ver, eram muito mais satisfatórios e considerava necessário que as autoridades se conscientizassem e satisfizessem o desejo do povo; que, com a construção dessa hidrelétrica, virão juntos muitos pontos construtivos para a área turística, na qual o Município esbanjava potencial, aumentando, assim, o comércio e gerando emprego em muitas áreas. Manifestou-se o representante do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Patrimônio Cultural, Ricardo Alberto Cury, que teceu as seguintes considerações: que o Conselho do qual era presidente formulou um documento, que passaria a ler: “O Conselho Municipal do Meio Ambiente e Patrimônio Cultural de Piraju era um órgão colegiado, normativo, deliberativo e recursal, com a função de adotar as medidas necessárias para a gestão e defesa do meio ambiente e do patrimônio cultural do Município, criado pela Lei Municipal 1752, de 24.07.1992; que, entre as atribuições do Conselho, previstas no artigo terceiro dessa lei, destacavam-se as seguintes: fornecer aos órgãos estaduais ou federais competentes as informações indispensáveis para apreciação dos estudos de impacto ambiental e respectivos relatórios, no caso de obras ou atividades de significativa degradação



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

ambiental que afetem o Município; exercer, mediante solicitação do órgão licenciador estadual, em caráter supletivo, ações ligadas ao licenciamento e à fiscalização de atividades, processos e obras, que causem ou possam causar impacto ambiental no território do Município; opinar, junto aos órgãos estaduais e federais competentes, sobre questões de gestão ambiental, preservação de meio ambiente e do patrimônio cultural, objetivando ações conjuntas de interesse do Município; promover, de acordo com o estabelecido pela legislação estadual e federal, estudos visando planejamento e zoneamento ambiental do Município, tendo em vista o estabelecimento de unidades de conservação no território municipal; que, portanto, esse Conselho tem ciência de que a construção dessa usina hidrelétrica, pela interessada, pelos dados e análises apresentados no EIA/RIMA elaborado pelo CNEC trará impactos nos meios físico, biótico e sócio-econômico, impactos esses de natureza positiva e negativa, classificados como diretos ou indiretos, permanentes ou temporários, localizados ou dispersos, reversíveis ou irreversíveis, com duração imediata, média, ou a longo prazo, e com classificação de relevância, significância, eficiência entre pequena, média e alta; que, nessa conformidade, o Conselho lembrava à sociedade civil que a construção do empreendimento ora proposto não trará ao Município, ou até a área diretamente afetada, soluções milagrosas quanto ao aspecto sócio-econômico, entendido como geração de emprego pós-construção, visto ser esse atualmente o problema do país; que, além disso, alguns aspectos ambientais serão fortemente abalados, tendo em vista que, mesmo previstas nos 23 programas, ações visando à mitigação dos impactos ambientais, não se tinha a exata noção de sua abrangência e consequência, uma vez que os programas ainda deverão ser desenvolvidos, detalhados e monitorados, desde a etapa da construção até a duração prevista pelo EIA/RIMA; que, caso a usina seja efetivamente aprovada e todos os programas previstos, implantados, ainda, assim, o uso do solo no entorno do lago formado sofrerá uma mudança radical, o que será objeto de preocupação, pois haverá ocupação maciça da área, e que todas as questões e consequências relativas ao adensamento e à formação de novos loteamentos deverão ser objeto de novos estudos; que, caso esse empreendimento venha a ser aprovado junto à Secretaria Estadual do Meio Ambiente, esse Conselho estará vigilante às ações e propostas previstas no EIA/RIMA, principalmente aquelas relativas aos 23 programas de mitigação dos impactos ambientais mencionados em seus capítulos 9 e 6, e até mesmo a outros impactos não-previstos e que deverão ser objeto de estudo ou de estabelecimento de programas adequados, posteriormente à aprovação da implantação dessa hidrelétrica. Manifestou-se, em seguida, o último inscrito nessa etapa da audiência pública, que é o representante da Copanema-Companhia Agropecuária, Jorge Maluly, que teceu as seguintes considerações: que, em 1972, um grupo adquiriu uma área de mais de 300 alqueires para construção de uma fábrica de celulose, a qual, fatalmente, poluiria o rio; que houve, então, um movimento da sociedade que impediu a instalação dessa fábrica, que criaria mil empregos; que, em 1980, pretendeu-se instalar uma nova fábrica de celulose em Angatuba, a Brascraft, e, novamente, houve um movimento, desta feita patrocinado pela Associação de Defesa do Vale do Paranapanema, que conseguiu proibir a instalação dessa fábrica; que, em 1992, o primeiro projeto apresentado para construção dessa hidrelétrica de Piraju deu lugar a um novo movimento, que impediu a diminuição da vazão desse rio, com impactos negativos no Município; que, analisando esse novo projeto, não observava nenhum impacto negativo para o Município, pelo contrário, só constatava impactos positivos, porque o volume aumentado a partir de determinado trecho do rio trará, em consequência, o aumento da produção de peixe e a melhoria da navegação fluvial, pela construção de uma eclusa, o que tornará esse rio navegável até a usina da CESP; que, com os outros cuidados já mencionados, como a escada de peixes e outras solicitações, considerava absolutamente



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

positiva a instalação dessa hidrelétrica; que, em relação ao impacto ambiental de aumento da população e, conseqüentemente, do aumento da demanda dos serviços públicos, ele era ínfimo, ridículo, perto dos impactos que se constatavam na capital paulista, pela migração que nela se observava, oriunda da falta de emprego no Interior do Estado; que não via absolutamente nada que contrariasse a efetivação da Usina Piraju 2. Fez uso da palavra Simão José, oficial administrativo da Secretaria da Segurança Pública do Estado e representante da comunidade de Piraju, como secretário-geral do conselho comunitário, nos seguintes termos: que tinha 82 anos de idade e ainda se considerava válido para trabalhar em prol da comunidade à qual pertencia havia 74 anos; que não era nascido em Piraju, mas fez dessa terra maravilhosa o berço de sua família; que sempre teve como norma pecar por excesso de zelo, e não por omissão; que os 5 minutos concedidos eram irrisórios para aquilo que ele pretendia dizer, pois havia passado noites acordado elaborando um pronunciamento em favor dessa comunidade; que se teve a oportunidade de ouvir, há poucos dias atrás, a exposição serena e tranqüila desse que era um baluarte da indústria brasileira, Antonio Ermírio de Morais; que se falava de impacto ambiental, que ele era um velho pescador e o local onde seria implantada essa usina ele conhecia de perto e que, enterrado sob as águas, ali se encontrava um barco seu; que encerrava dizendo que Simão José, o velho policial Fuad, que havia convivido nos melhores meios sociais de Piraju e com a escória da sua sociedade, no cumprimento de sua função policial. Passou-se a outra etapa da audiência pública, em que se manifestavam as pessoas em seu próprio nome. Em primeiro lugar Serafino Curiá, representante do consulado italiano, que expôs os seguintes pontos de vista: que o Município de Piraju enfrentava dificuldades em conseguir que empresas nele se instalassem, e que, aos olhos desse consulado, isso acontecia porque não havia energia elétrica suficiente, por isso era bem-vinda a instalação dessa hidrelétrica, pois, desse modo, algumas indústrias poderiam instalar-se nesse Município. Jeferson Aparecido Dias, em seguida, fez as seguintes declarações: que ele e Silvana Mocelin eram Procuradores Públicos em Marília, em cuja subseção judiciária federal Piraju estava inserida; e que o Poder Federal era quem tinha competência sobre o Rio Paranapanema e que, por essa razão, se encontrava presente na audiência pública e acompanharia toda a tramitação legal até o final do processo; que colocava a Procuradoria à disposição e que ainda não tinha sobre esse empreendimento uma opinião firmada e que se ateria apenas aos seus aspectos legais. Guilherme Antonio Buchler, por sua vez, fez a entrega de um abaixo assinado, com cerca de mil assinaturas, favorável à implantação dessa usina. José Carlos Catala, em seguida, protestou pelo pouco tempo que era concedido aos presentes para se manifestarem, pois era insuficiente para tecer qualquer consideração. Maria Ângela Doval, em seguida, depois de declarar que se dirigia às autoridades que decidiria sobre essa instalação e de relatar uma história do escrito russo Tchecov, declarou que esperava que as autoridades de Piraju não transformassem essa cidade na protagonista dessa história, nessa serviçal, e que deixava essa mensagem para as autoridades. Montezuma Cruz, em seguida, expôs os seguintes pontos de vista: que perguntava à equipe técnica do CNEC sobre os temas que ainda serão objeto de estudo, sobre o prazo para implementação do empreendimento e sobre o monitoramento dos bens arqueológicos submersos. Em seguida ocorreu a manifestação de Marcos Fernandes, nos seguintes termos: que os integrantes da imprensa local haviam acompanhado de perto o desenrolar dessa história e que, como dissera há pouco José Luiz de Morais, o EIA/RIMA foi colocado só há pouco tempo à disposição do público e que, naquilo que dependia da imprensa, ela estava acompanhando de perto e iria levar ao público todas as informações e que esperava que não se trocasse de um momento para outro, as belezas naturais do Município por 200 ou 300 empregos. Eduardo Martignoni Lisboa, por sua vez, teceu as seguintes considerações:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

que os jovens de Piraju foram obrigados a ir embora de Piraju por falta de oportunidades, por falta de desenvolvimento; que em todas as esquinas da cidade se falava em desenvolvimento e, quem sabe, parabenizando essa empresa, o Grupo Votorantim, pela construção dessa usina, talvez se abrisse uma porta para novos empresários, para que invistam nesse Município; que algumas verbas seriam investidas na recomposição, que as matas ciliares estavam totalmente abandonadas; que as autoridades, a polícia florestal, não dispunham nem de um barco a motor para fiscalizar essas matas ciliares; que o rio, com a construção dessa usina, podia transformar-se em uma porta de abertura para novos investimentos na cidade, para que os filhos de Piraju não tivessem de ir embora como muitos foram; e que era favorável à instalação dessa indústria. Em seguida se manifestou Eliana Pansanato, nos seguintes termos: que se havia ouvido muita coisa e acabou se pensando o que não se havia pensado antes de assinar o abaixo-assinado que acabara de ser entregue, como ela mesma fizera; que assinou movida pelo mesmo motivo, por visualizar progresso, pois Piraju estava precisando de progresso e que tudo mundo acreditava que, com a construção dessa usina, se iria abrir novas oportunidades; que não havia tido oportunidade de ler esse folheto, o que acabara de fazer depois de assinar o referido abaixo-assinado; que esse folheto dizia que o objeto da usina hidrelétrica de Piraju era garantir o fornecimento de energia elétrica para a ampliação da produção da fábrica de alumínio da CBA, situada no Município de Alumínio; e que ficou bastante emocionada ao ouvir o conselheiro Bocuhy falando daquilo que se teria daqui a vinte anos; que, segundo esse ponto de vista, a CBA, com a construção dessa hidrelétrica, terá condição de fornecimento de energia elétrica para ampliação da fábrica de alumínio; que essa ampliação será permanente para o Município do Alumínio, mas, perguntava, para Piraju, o que seria permanente, qual o benefício que a comunidade terá, e será que três anos de incremento no comércio valeria a pena; que se terá de pensar nisso, que, de início, ninguém era contrário, mas se teria de pensar naquilo que realmente deverá ser feito em benefício da cidade. Miguel Mário Napolitano teceu as seguintes considerações: que, na qualidade de ex-prefeito da cidade, convivia com o sistema energético de Piraju há mais de 70 anos, pois sua propriedade se localizava em frente a essa usina; que tinha visto há poucos meses o paisagismo que estava sendo feito ali, tinha visto que isso será uma valorização para o Município, o que ninguém até então havia feito, nem o Poder Público; que se falava muito em peixe, se falava muito em reflorestamento, mas nada havia sido feito; que não se podia dar o rio à meia dúzia de pescadores profissionais que o exploravam; que, com o fechamento da usina da CESP, se poderia povoar o rio; que, para turistas, era melhor que o rio fosse represado do que entregue a depredadores; que viu a CESP ser construída, viu ser construída a EUSELPA e que Piraju, de fato, teve um movimento, um progresso naquela época; que muitos filhos dessa cidade lá se empregaram e hoje estavam aposentados, compraram casas, estavam ganhando salário que muitos funcionários do Estado não recebiam; que o melhor ordenado era pago pela usina Santa Cruz; que já lera o RIMA, já estudara Direito Ambiental, e que, em todo empreendimento, havia risco, pois nenhum empresário empregava dinheiro sem correr risco; que o Prefeito estava trabalhando para que o Município pudesse desenvolver-se e os seus filhos usufruírem um progresso maior. Passou-se à etapa em que se manifestavam os parlamentares, fazendo, inicialmente, uso da palavra o vereador Francisco Novaes, que expôs os seguintes pontos de vista: que usaria o seu tempo, baseado em sua função de médico especialista em saúde pública e de vereador; que, como sanitarista, leu com muita atenção o trabalho do Dr. Carlos Moya e, realmente, se deveria cumprimentar por esse trabalho, pela sua qualidade e confiabilidade, o que se pôde constatar pela apresentação do resumo; que, na questão da saúde pública, dois pontos seriam apontados: o problema relativo a doenças contagiosas transmitidas por



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

vetores, que, com o alagamento de uma área, poderiam sofrer um aumento, os quais, no Município, relacionavam-se, especificamente, aos mosquitos transmissores da dengue e da leishmaniose; que, quando foi apresentado o programa de controle dos vetores, foi mostrado que um trabalho conjunto, bastante detalhado e sistematizado, seria realizado, em conjunto, pela empresa CBA, Secretaria Municipal da Saúde e Secretaria Estadual da Saúde, envolvendo a Faculdade de Saúde Pública e o Instituto Butantã, órgãos de toda seriedade e confiabilidade; que, portanto, estava previsto um trabalho de monitoramento contínuo assessorado por esses órgãos; que outra questão dizia respeito à vinda de 250 pessoas para trabalhar e que, além do trabalho, conviveriam com a população da cidade e que podiam ser transmissores de doenças contagiosas, AIDS, vírus da tuberculose, hanseníase, hepatite, ou seja, uma série de doenças que essas pessoas poderiam transmitir, mas, para isso, um trabalho conjunto, sistemático, preventivo deveria ser feito, o que já estava sendo demonstrado com a ajuda oferecida pelo Grupo Votorantim na administração do Hospital Municipal de Piraju, para que a situação geral do hospital melhorasse, e com a construção, no canteiro de obras, de um ambulatório para atender aos trabalhadores; que, como médico, não via nenhum risco para a comunidade, via até um fato positivo de o Grupo Votorantim se aliar à saúde pública de Piraju para melhorar as suas condições de saúde; que se deveria reconhecer o valor das entidades ambientalistas, pois realmente algumas questões por eles levantadas tinham de ser levadas em consideração, mas, nesse caso, declarava que era plenamente favorável à construção da usina. Manifestou-se, em seguida, o vereador Paulo Donizete Sara, que teceu, grosso modo, as seguintes considerações: que, com relação aos impactos que serão provocados, um trabalho minimizando esses efeitos será realizado; que seu antecessor procedeu de forma diferente de alguns que o antecederam, cuja pretensão, parecia, era passar intranqüilidade ou até mesmo intimidar os que, a seguir, se manifestariam; que, com tranqüilidade, se declarava favorável à construção dessa usina, pois sentia na população desse Município um anseio por essa construção; que, apesar dos fatos negativos, os pontos negativos que essa construção acarretará compensarão, como, por exemplo, o aumento do emprego, mesmo que seja por poucos anos, principalmente para aqueles que estavam desempregados; que faria dois pedidos: um, ao Consema, que, ao analisar e oferecer um parecer sobre a viabilidade ambiental dessa usina, levasse em conta a manifestação dos verdadeiros representantes da comunidade pirajuense, e outro aos ambientalistas, aqueles que se diziam defensores da cidade, pois, se fossem, de fato, ambientalistas e pirajuenses, que ajudassem à população quando da execução desses programas mitigatórios. Manifestou-se, em seguida, o vereador Rodivaldo Ripoli, nos seguintes termos: que se dirigia aos ambientalistas da cidade de Piraju, como representante legítimo da cidade de Piraju; que Piraju possuía muitos problemas sociais, era uma cidade centenária e todos sabiam que o Município precisava de investimento, embora possuísse o Rio Paranapanema, um dos mais belos do Brasil; que se deveria fazer com que o turismo se unisse ao progresso desse Município e jamais se deixasse de usar os recursos de que se dispunha para o progresso e o bem dessa cidade; que, lamentavelmente, não existiam indústrias em Piraju, nem tão pouco investimentos, e que uma empresa conceituada internacionalmente e pertencente a um dos maiores empresários do Brasil pretendia investir na cidade 141 milhões de dólares; que não era só emprego que a população de Piraju almejava há muito tempo, precisava pensar-se também na população; que a cidade não poderia continuar no anonimato como estava há mais de 100 anos; que era a favor da indústria e a favor do progresso de Piraju. Em seguida, fez uso da palavra o vereador Carlos Alberto Nérís, que teceu as seguintes considerações: que essa era uma data importante, histórica, para a cidade de Piraju, por se estar exercendo a democracia; que se ouviram manifestações tanto daqueles que desejavam a conservação do meio



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

ambiente como dos que apresentaram uma verdadeira radiografia da cidade, através do Estudo de Impacto Ambiental; que se teve a oportunidade de saber que Piraju, numa escala de valores, se encontrava em quinto lugar; que cidades como Avaré e Ourinhos estavam no caminho do progresso, estavam se desenvolvendo; que se soube também do interesse de uma empresa em investir 141 milhões de reais na cidade e que isso significava que, se por um lado se terá impactos ambientais, por outro 8% desse montante serão aplicados em programas de minimização de impactos; que se terão também 12% a mais de ICMS; que não era o crescimento de empregos o mais importante, o mais relevante, mas de qualquer forma seria interessante perguntar às pessoas desempregadas se seria interessante poder trabalhar e ter um sustento para a família; que, além desse aumento de ICMS, o que significava 70 ou 80 mil reais destinados a Piraju, e, para conseguir esse montante de outra forma, seria necessário um crescimento, em 30%, do setor comercial; que era importante a preservação da natureza, mas também era importante o crescimento, para que Piraju pudesse competir com os Municípios vizinhos, e que, por este motivo, era favorável à construção dessa usina. Manifestou-se, em seguida, o vereador João Teodoro Cassimiro, que teceu, grosso modo, as seguintes considerações: que apoiava totalmente a construção da usina hidrelétrica; que se perguntava se os ambientalistas, preocupados com a conservação das cobras, dos ratos e das lagartixas, os quais iriam sair naturalmente, se preocupavam também com as pessoas que estavam sendo expulsas das grandes cidades por falta de emprego; que não era fã de Dr. Antonio Ermírio de Moraes, mas era contrário à situação de desemprego que afetava o país; que essa construção iria gerar 500 empregos em Piraju e que o Prefeito estava tentando negociar, arrancar alguma coisa para a população de Piraju, preocupado com aqueles que estavam desempregados; que esses desempregados estavam querendo trabalhar para levar o sustento para suas famílias e, para elas, será muito útil essa usina; que o empresário Antonio Ermírio de Moraes estava comprando as terras e criando riqueza para o Município; que esse projeto era diferente daquele discutido em 1992, quando o povo abraçou o rio pedindo sua preservação; que nenhum transtorno esse empreendimento traria para a população, só benefícios, razão por que dava seu total apoio à sua implantação. Manifestou-se, em seguida, o vereador Osvaldo Dearo Castilho, que expôs grosso modo, os seguintes pontos de vista: que, sem dúvida alguma, era favorável à construção dessa usina, pensando no povão, e não em meia dúzia de pessoas; que o prefeito e os vereadores eram cobrados todos os dias; que se abriu concorrência para admissão ao serviço público de duas vagas e mais de duzentas se candidataram, o que demonstrava a carência de emprego nessa Município; que o empresário Antonio Ermírio de Moraes estava gerando 500 ou 600 empregos, embora fosse por dois ou três anos; que desejava o crescimento e o desenvolvimento de Piraju e que sejam criadas escolas e faculdades; que o hospital do Município vez por outra fechava suas portas por falta de recursos, e que o reforço desse hospital constava do orçamento da indústria; que Piraju já abriu mão de muito investimento com a alegação de que o meio ambiente seria prejudicado, mas que nem só de beleza o homem vivia, que era necessário trabalho para que os filhos do Município fossem retirados das grandes cidades, do meio dos marginais, para que ficassem junto dos pais e das mães e que, por todas essas razões, era totalmente favorável à construção dessa usina. Manifestou-se, em seguida, o vereador Eduardo Cassanho, nos seguintes termos: que havia feito na noite anterior um pronunciamento na Câmara Municipal, oportunidade em que lembrou aos vereadores que nem a população nem a Câmara Municipal haviam se manifestado contrários à implantação dessa usina, que estiveram contrários, isso, sim, ao projeto apresentado em 1992, que era economicamente viável para o empreendedor e péssimo para a população, pois, com sua implementação, o rio seria desviado; que toda a movimentação ocorrida naquela época era em



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

função da implementação daquele projeto, pelo medo de se perder o rio, que ainda não era poluído e passava pelo centro da cidade, embelezando-a; que foram, naquela época, colocadas faixas na cidade, dizendo “opção 1, não, opção 2, sim”; que a opção 1 desviava o rio, tornava-o praticamente um lago acima da barragem, com uma vazão semelhante à do Ribeirão Boa Vista, causando problemas de saúde, e a Câmara Municipal juntamente com todos os segmentos da sociedade pirajuense fizeram um trabalho conjunto para não perder o rio, embora não quisessem também perder o empreendimento; que se sabia que esse empreendimento não resolveria os problemas da cidade, apenas somaria economicamente, pois traria ICMS e alguns empregos a mais nesses três primeiros anos, e que ajudaria também do ponto de vista turístico, como aconteceu com as barragens de Jurumirim e Xavantes, pois aonde se instalava uma barragem se criava um novo ponto turístico; que havia lido atentamente o EIA/RIMA e constatado estar a CBA preocupada com todos os aspectos desse empreendimento; que 90% ou mais da população e cerca de 15 vereadores estavam favoráveis à implantação dessa usina; que essa usina não estava sendo considerada um balcão de empregos e que a Câmara Municipal iria acompanhar sua implantação e brigaria para trazer, por meio dela, todos os benefícios possíveis. Passou-se, então, à etapa da audiência pública em que se manifestavam os representantes do Poder Executivo, fazendo uso da palavra Excelentíssimo Prefeito do Município de Piraju, Maurício Oliveira Pinterich, que teceu as seguintes considerações: que passava por um momento importante de sua administração, pois desde que assumira já sabia que teria de passar pela definição da construção ou não da usina hidrelétrica de Piraju; que estudou atentamente o EIA/RIMA, que foi muito bem elaborado e previu quase que 100% dos impactos que possivelmente serão provocados no Município e concluiu que as medidas mitigadoras propostas solucionariam os eventuais problemas; que não haverá muito desmatamento e que ele não incidirá sobre vegetação primária, pois essa inexistia, que a fauna seria removida e que 23 programas mitigariam os impactos, de modo a compensá-los; que a implantação de um empreendimento do porte de 141 milhões de reais equivalia ao recebimento a mais, do dia para a noite, daquilo que equivalia a 30% de todas as empresas industriais e comerciais existentes no Município, com o conseqüente aumento na cota de participação do ICM do Estado, o que representará, para o Poder Público Municipal, um aumento de receita da ordem de 12 a 15%, o que, em tempo de estabilidade econômica, significava muito, principalmente em tempo de estabilidade econômica, pois significava capacidade de investimento, capacidade de se melhorarem as condições de vida de Piraju; que, como representante da comunidade de Piraju, tinha por obrigação lutar por tudo aquilo que puder melhorar a qualidade de vida da comunidade, e que, por duas vezes, dirigiu-se ao empresário Antonio Ermírio de Moraes para reivindicar a pavimentação da cidade inteira, o que foi negado; em seguida, reivindicou a construção de uma eclusa, que custaria 16 milhões de dólares, tendo ele respondido que abandonaria o projeto se tivesse de cumprir essa exigência, pois ela tornaria o projeto economicamente inviável; que havia conseguido garantia de que se construiria uma piscina natural onde existia o lago e uma estação de tratamento de esgoto, o que fará com que o rio não mais recebesse os esgotos da cidade; que seria possível transformar essa lagoa em uma piscina para que a população de Piraju, que não freqüentava o Iate Clube ou não tinha sua chácara na beira do rio, pudesse nadar em um lugar tranquilo; que também havia conseguido a garantia de que se urbanizará a margem do rio, desde a ponte Nelson de Godói até o Hotel Beira Rio, com deques e ancoradouros e toda a infra-estrutura para o turismo; que ainda conseguira, por conta da eclusa que o empresário Antonio Ermírio de Moraes se negou a construir, um complexo de quatro grandes ancoradouros, um partindo de Piraju, outro imediatamente a jusante da nova barragem, outro a montante dessa barragem, com uma área de lazer e acesso



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

tranquilo para passagem de pedestre e de pequenos veículos, e um quarto ancoradouro, na região da Fazenda Santa Lúcia, a ser adquirida e doada, pelo Grupo Votorantim, ao Poder Público para que se transformasse em uma estação ecológica; que se terá, portanto, oportunidade de se navegar desde o centro de Piraju até a área onde se encontrava o maior potencial turístico da cidade, que eram a Prainha, a Pedrinha, o Aeroporto Municipal, o Lago Jurumirim e a Pousada da CESP; que não havia obtido garantia oficial de ajudar o Hospital Municipal, porque o diagnóstico sobre ele só havia chegado nas mãos do administrador hospitalar encarregado de fazer essa análise para o Grupo Votorantim há poucos dias, mas tinha certeza de que esse grupo, juntamente com a diretoria existente, assumiria a administração desse hospital e sanaria seu déficit mensal, pelo menos durante o tempo de construção da barragem; que não estava defendendo o empresário Antonio Ermírio de Morais, mas deveria levar-se em conta que Piraju, em consequência do pequeno impacto que sofrerá, tem à frente uma grande oportunidade de explorar, pela primeira vez, seu potencial turístico, como contrapartida da exploração, por tempo indeterminado, do seu potencial hidráulico; que cumpriu seu dever de prefeito e considerava importante a participação dos ambientalistas, principalmente na execução das 23 medidas mitigatórias; que não considerava razoável conservar o rio como estava e abandonar a oportunidade que o Município tinha de geração de novos empregos, de ter sua receita aumentada, de alavancar seu potencial turístico e de ter o seu hospital atendido. Passou-se, então a última fase da audiência pública, quando ocorriam as réplicas, destinando-se 10 minutos ao empreendedor, 10 à equipe consultora e 10 ao representante das entidades ambientalistas. O primeiro a se pronunciar foi Carlos Mazzaro, representante da CBA, o que se deu nos seguintes termos: que lembrava aos ambientalistas que a usina não provocaria nenhuma tragédia ambiental e nem substituição, pois, em seus 42 anos de profissão, não viu nenhuma usina provocar tamanha tragédia ambiental como a que se estava anunciando; que assistiu às reivindicações do prefeito e às respostas que lhe foram oferecidas, como, por exemplo, que seria feito um estudo dos quatro ancoradouros, que seria estudada a possibilidade de amenizarem-se os problemas relativos à assistência hospitalar; que, entretanto, o Grupo Votorantim ainda não era o empreendedor, por isso não adiantava fazer promessas; que, em relação à afirmação que o Grupo Votorantim iria levar a energia de Piraju para o Município do Alumínio, isto não era verdade, pois as diferentes energias produzidas se integravam em um sistema, o sistema nacional de gerenciamento, e, dele, era que a indústria retirava, e o pior era aquele empreendedor que retirava energia, mas não oferecia nenhuma contrapartida. Manifestou-se, em seguida, o Eng^o José Geraldo Martins F. Filho, da equipe técnica da CBA que expôs os seguintes pontos de vista: que se sentia surpreso com o pleno entendimento demonstrado pela comunidade pirajuense, seus vereadores e prefeito, o que demonstrou não ser sua capacidade de entendimento tão pequena como se fez crer no início dos trabalhos; que, em relação à energia a ser gerada, ela seria injetada em um sistema nacional e ela gerenciada de forma a garantir luz e energia aos hospitais, escolas, indústrias, de forma mais segura e constante, e que o País atualmente se encontrava no limiar de uma situação crítica de geração energética, abaixo do fator de 5% de geração em relação ao consumo e qualquer conta de energia a ser criada provocava um grande efeito; que essa energia era destinada à produção do alumínio, alumínio que era gerador de divisas, produtora de riquezas, e produzia não só a latinha de coca-cola, tão mal usada como exemplo, mas também blocos de motores, equipamentos hospitalares, a água quente da qual nos servimos, e a maioria dos elementos com os quais temos diariamente contato; que, em relação ao empreendimento, ele será disputado por ocasião da licitação pública e desejava que a CBA tivesse o contato e pudesse atender às reivindicações feitas pela comunidade. Fez uso da palavra o coordenador da equipe responsável pela



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

elaboração do EIA/RIMA, que, depois de agradecer, em nome da equipe, as palavras elogiosas dispensadas ao Estudo de Impacto Ambiental, teceu as seguintes considerações: que o benefício permanente que será concedido ao Município dizia respeito ao aumento das finanças municipais, um impacto efetivamente positivo, pois, com a mudança do cálculo de transferência do ICMS do Estado para o Município, será duplicado o valor a ser transferido, pois passará de 2 para 4 milhões, e esse impacto será permanente, ou seja, durante toda a vida útil do empreendimento. Em seguida, a técnica Solange Bezerra Caldareli ofereceu as seguintes informações: que será de 36 meses o tempo do programa de resgate arqueológico, e não se dirigirão exclusivamente aos 16 sítios citados, pois esses sítios foram encontrados nas áreas estudadas, ou seja, 8 pontos de trabalho, e o programa previa mas 30 dias de levantamento para localizarem-se outros sítios ecológicos antes de iniciar-se o resgate; que, em relação ao programa de monitoramento dos bens arqueológicos submersos, era muito complexo e só seria detalhado por ocasião do PBA, que se colocava à disposição para conversar com os interessados fora do horário da audiência; que era a primeira vez que fazia parte de uma EIA/RIMA informações sobre as ocorrências com os bens arqueológicos para cujo resgate não havia tempo hábil, por ser muito lenta a realização de pesquisas com esse objetivo e era impossível escavarem-se todos os sítios e não se sabia se realmente a água ajudava a preservar ou a obstruir os sítios arqueológicos; que os objetivos desse programa de monitoramento seriam produzir conhecimento que pudesse ser utilizado por outras hidrelétricas; que, desse modo, a pretensão era deixar alguns bens submersos, controlar o que estará acontecendo com eles por meio de mergulho, e, ao final de sua execução, sugerir a adoção ou não desse tipo de medida por outros empreendimentos, que deviam ser pequenos para poderem ser controlados. Em seguida, o zoólogo Paulo Emílio Vanzolini, uma das maiores autoridades internacionais em fauna, ofereceu os seguintes esclarecimentos: que um EIA/RIMA não era um argumento da empresa, era um levantamento para análise, feito por especialistas competentes e íntegros; que não iria defender a CBA nem o empresário Antonio Ermírio de Moraes e que sua atividade era fazer o levantamento da fauna; que o que deveria ocorrer de impacto ambiental no Município de Piraju já havia acontecido, pois Piraju era uma cidade antiga, oriunda de uma pousada das caravanas de mula que vinham do Rio Grande do Sul com destino à Sorocaba, situada na margem direita do rio, pois o acampamento se localizava depois da travessia do rio, porque se se acampasse antes, poderia chover durante a noite e tornar-se inviável fazer a travessia, portanto, numa cidade com 100 anos o que podia acontecer de impacto já ocorrera; que, do ponto de vista da fauna terrestre, havia duas matas na região, uma capoeira velha na Fazenda Santa Lúcia e a Reserva de Manduri; que a Fazenda Santa Lúcia não era mata primária – não havia nenhuma mata primária, nenhuma mata atlântica nessa região --, era uma capoeira boa, digna de ser conservada, por isso recomendava que o empreendedor se encarregasse de conservá-la cuidadosamente; quanto aos peixes, o levantamento preliminar era tão precária que viera ver, pois, apesar de ser muito frio enquanto geólogo, amava o Brasil e o Rio Paranapanema era um manancial amado por aqueles que o conheciam; que o estado dos peixes do Rio Paranapanema era lamentável, pois foram usados pescadores locais e não se conseguiu um dourado, uma tabarana, uma piapara; que o peixe a ser prejudicado era o de corredeira, o cascudo, dos quais existiam apenas cinco espécies, de ampla dispersão e que sobreviveriam rio acima; que, do ponto de vista de impacto sobre fauna, ele será positivo, pois o reflorestamento com essências nativas era o primeiro que já se fez, de ótima qualidade, no Brasil; que plantar eucalipto e pinho enriqueceria as madeiras e mataria o lugar; que plantar numa beira de represa ingá, goiaba e essências nativas traria aves, anfíbios, peixes e vida nova; que essa técnica estava sendo utilizada pela CESP em grande escala em Porto Primavera e que



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

o reflorestamento da beirada da represa com essências locais estava sendo estabelecida como exigência em qualquer represa que causasse impacto; que não só do ponto de vista turístico, mas biologicamente, esse lago poderia transformar-se em algo rico; que inquestionavelmente haverá perdas, pois tudo tinha um preço, mas se teria que pensar no preço. Eng^o Vandir informou que, no que dizia respeito ao estado de conservação da área, se foi bastante rigoroso no levantamento, se classificando capoeira e até capoeirões como estágios médios e avançados de regeneração; que, com relação aos levantamentos florísticos, eles contemplaram mais de 250 amostras botânicas, mais as espécies identificadas em campo, somaram 349 espécies vegetais na área estudada, o que era bastante significativo; que nesse trabalho foram consultadas 12 teses elaboradas em regiões que continham matas mesófilas e que não se recordava de nenhuma que contivesse número superior a esse; que, em termos de caracterização das formações vegetais, em termos de fisionomia, estrutura, composição, indicação de áreas prioritárias para conservação e unidades de conservação e subsidiárias para os programas de reflorestamento, os objetivos foram alcançados. Em seguida, manifestou-se Ivo Teixeira, que teceu as seguintes considerações: que foram consultados estudos sobre o Reservatório Jurumirim, de onde vinham 210 metros cúbicos por segundo de uma água muito boa, pois os estudos realizados sobre ela constataram uma concentração da ordem de 10 a 7 microgramas de fósforo; que o reservatório com apenas 4 dias de detenção se transformava em um rio e, ainda dentro dele, foram feitos vários pontos de análise para se verificar o número, que estava na ordem de 7, 8 e 10, muito longe dos 50, e que, adicionalmente, esses números encontrados foram compilados por mais de 20 anos e constatados por mais de três ou quatro pessoas, que o rio e a água eram extremamente limpos; que todas as afirmações feitas pelos técnicos da equipe eram rigorosas e corretas pois foram quantificadas e comprovadas essas asserções. O Secretário Executivo, depois de informar que, a partir dessa data, todos os interessados tinham o prazo de cinco dias para encaminhar qualquer documento ou ao Consema ou a Secretária Executiva ou a qualquer órgão vinculado ao Sistema de Meio Ambiente acerca desse empreendimento, passou a palavra ao representante ambientalista Antonio Meira, que ofereceu as seguintes informações: que o Estado decretou a formação da região do Município de Piraju como de mata atlântica, que era um decreto do Estado, pois a capoeira na região do futuro reservatório não consistia, pois a formação florestal era de mata atlântica, vegetação secundária e, em sua grande maioria, em estados primário, secundário, médio e avançado de regeneração; que, em relação aos levantamentos, solicitava fossem apresentadas as planilhas de campo, pois se deveria ter levantamentos estatísticos, para que os dados fossem confiáveis; que, em relação à qualidade das águas, desejava fosse feito mais do que um monitoramento e que, na possibilidade de degradar-se sua qualidade, fosse feita alguma coisa. O conselheiro Carlos Alberto Hailer Bocuhy teceu, em seguida, as seguintes considerações: que se sentia profundamente satisfeito por representar, em sua cidade natal, o Coletivo das Entidades Ambientistas do Estado de São Paulo; que Piraju estava preocupada com o pão e, até, com o dele, conselheiro, como havia demonstrado o Senhor Prefeito, porém muito pouco preocupada com os peixes, embora devesse preocupar-se com o pão e com o peixe, pois as duas coisas eram muito importantes; que, quando o Brasil foi para a Conferência de Estocolmo em 1972, o discurso brasileiro era de progresso a qualquer custo e a dimensão do social que se tinha na época, há vinte e poucos anos atrás, era que o progresso a qualquer custo era a saída para a humanidade, o que já não mais vigorava, pois se sabia, atualmente, que essa não era a resposta; que ficava muito feliz com a consciência que Piraju possuía de que a pobreza era o grande mal desse século, pois a pobreza degradava e a produção de alimentos talvez seria o grande desafio do século XXI, mas, entretanto, se tinha de trabalhar essa questão



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
CONSELHO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE – CONSEMA

conceitualmente, sem nenhum discurso demagógico, nenhum discurso político, e trabalhar esses problemas de forma técnica e sem nenhuma capitulação; que, se Piraju ao longo de décadas não possuiu um plano de desenvolvimento, que ele fosse implementado agora; que, se Piraju necessitava de uma outra estrutura que não o Poder Público constituído para implementar projetos que extrapolassem uma única gestão, devia criar uma fundação de desenvolvimento, uma organização não-governamental com a participação efetiva da sociedade, não só do Legislativo mas da comunidade como um todo, para que se garantisse um sistema de gestão que extrapolasse as gestões pontuais de apenas quatro anos, que vinham enterrando muitas cidades, como a de São Paulo, o Governo de São Paulo, o Rio Tietê, o qual lutamos para despoluir; que a visão que se tinha desse rio levava a não se desejar igual destino para o Rio Paranapanema; que a atitude preventiva custava muito menos e 17 dólares investidos em meio ambiente significavam aproximadamente 1 milhão de dólares daqui a cem anos, de acordo com alguns estudos da “The Economist”, uma revista britânica sobre meio ambiente; que o EIA/RIMA propunha a experiência de naufragarem-se sítios arqueológicos para aferir a destruição e, assim, propunha testes para que, no futuro, quando novas usinas hidrelétricas forem construídas, se possuísse uma idéia sobre os danos causados, razão por que repudiava, se opunha fundamentalmente, essa parte do EIA/RIMA, precisamente, o programa de monitoramento de bens arqueológicos submersos, o qual igualmente arrepiaria qualquer arqueólogo que tivesse algum fio de cabelo; que se solidarizava com toda a população de Piraju com sua preocupação com a pobreza e com as questões sociais, mas sem esquecer ser o desenvolvimento sustentado a saída e que Piraju possuía outro tipo de modelo de desenvolvimento a ser implementado, que talvez fosse o turismo, pois as pessoas, em São Paulo, ao se referirem a Piraju, se lembrava de seu patrimônio ambiental e paisagístico, que Piraju possuía. Em seguida, manifestou-se Elza Takahashi, assessora executiva da Coordenadoria de Licenciamento Ambiental e de Proteção dos Recursos Naturais-CPRN e membro do Consema, nos seguintes termos: que agradecia, em nome da SMA, especialmente da CPRN e do Departamento de Avaliação de Impacto Ambiental-DAIA., a participação da população, das autoridades e do corpo técnico da empresa, atendendo a uma proposta desse Departamento, com o objetivo de colher subsídios para análise final do EIA/RIMA dessa hidrelétrica; que a equipe técnica desse Departamento solicitou essa audiência pública para que, ouvida a população, em seus anseios, e os técnicos, no fornecimento dos elementos colhidos nas análises feitas, pudesse tomar a decisão de sua responsabilidade, qual seja, elaborar o parecer sobre a viabilidade ambiental desse empreendimento; que essa equipe estava presente ouvindo e anotando, como ela também o fizera, todas as questões colocadas durante essa reunião, para que fossem analisadas; que, como havia declarado o Secretário Executivo, no prazo de cinco dias, a partir da data dessa reunião, poderão ser encaminhados pareceres e comentários, cujos subsídios serão também incorporados a esse processo de análise. Em seguida, o Secretário Executivo Sérgio Roberto agradeceu a presença e a participação de todos nesse ato democrático e de cidadania possibilitado pela SMA e afirmou que fazia isso em nome do Secretário do Meio Ambiente, Deputado Fábio Feldmann. Em seguida declarou encerrados os trabalhos. Eu, Sérgio Roberto, lavrei e assino a presente ata.

SR-PS